

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - Método Indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À  
Diretoria e Quotistas da  
Guarupart Participações Ltda.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individual e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individual e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individual e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individual e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individual e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individual e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individual e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individual e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individual e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individual e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'WMR'.

William Morton Ricardo  
Contador CRC 1 SP 239058/O

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante:</b>		<b>146.588</b>	<b>121.729</b>	<b>6.266.597</b>	<b>6.296.370</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.836	42.525	714.717	849.754
Investimento de curto prazo	6	-	-	2.387.700	2.571.896
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	155.040	165.134
Contas a receber de clientes	8	-	-	186.798	283.923
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10a	10.334	8.105	171.878	142.773
Outros tributos compensáveis	10b	1.308	1.308	91.110	74.984
Estoques		-	-	10.472	9.766
Despesas antecipadas		-	-	10.900	9.961
Dividendos a receber - Partes relacionadas	11	105.750	69.423	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	64.631	-
Ativo contratual da concessão	9	-	-	2.254.400	2.098.105
Outros ativos circulantes		360	368	218.951	90.074
<b>Não circulante:</b>		<b>4.766.823</b>	<b>4.269.946</b>	<b>25.988.790</b>	<b>24.518.754</b>
Títulos e valores mobiliários	12	6.578	7.798	6.578	7.798
Contas a receber de clientes	13	-	-	188.110	121.676
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10a	-	-	16.880	10.084
Outros tributos compensáveis	10b	-	-	6.140	6.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	173.786	110.608
Partes relacionadas	11	3	2	3	2
Ativo contratual da concessão	9	-	-	18.185.775	17.336.317
Depósitos judiciais		2.611	2.615	42.457	18.151
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	7.302	26.543
Outros ativos não circulantes		85.440	60.440	167.774	135.590
Investimentos	12	4.666.687	4.196.261	863.420	381.819
Imobilizado	13	5.348	2.674	5.883.413	5.998.900
Intangível	14	156	156	447.152	364.988
<b>Ativo total</b>		<b>4.913.411</b>	<b>4.391.675</b>	<b>32.255.387</b>	<b>30.815.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante:</b>		<b>163.381</b>	<b>159.987</b>	<b>2.601.994</b>	<b>3.144.553</b>
Empréstimos e financiamentos	15	2.529	6.467	431.135	555.671
Debêntures	16	-	-	1.016.041	1.419.847
Fornecedores		48	559	190.782	195.930
Salários, férias e encargos sociais		-	-	47.332	47.338
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17a	-	-	49.329	61.455
Encargos regulatórios	18	-	-	44.798	42.230
Outros tributos a pagar	19	2.272	2.350	113.350	99.845
Passivo de arrendamento		-	-	5.995	9.413
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	20	-	-	195.594	182.459
Dividendos a pagar		157.473	149.133	338.533	292.226
Adiantamentos de clientes		-	-	6.619	35.871
Passivo contratual com clientes	21	-	-	28.156	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	4.516	72.734
Opções de compra de ações outorgadas		-	-	11.817	11.274
Provisões	22	-	-	93.940	98.085
Outras passivos circulantes		1.059	1.478	24.057	20.175
<b>Não Circulante</b>		<b>118.418</b>	<b>118.641</b>	<b>17.111.857</b>	<b>16.030.185</b>
Empréstimos e financiamentos	15	100.000	100.000	2.282.247	2.168.616
Debêntures	16	-	-	8.960.457	8.645.404
Passivo de arrendamento		-	-	18.089	37.142
Adiantamento de clientes		-	-	37.263	27.884
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	1.991	1.991
Encargos regulatórios	18	-	-	31.290	23.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17b	-	-	3.333.016	2.881.281
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	20	-	-	1.641.233	1.562.107
Partes relacionadas	11	11.887	12.110	11.887	12.110
Passivo contratual com clientes	21	-	-	560.782	459.892
Provisões	22	6.531	6.531	218.846	199.922
Outras passivos não circulantes		-	-	14.756	10.586
<b>Participação de acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.909.924</b>	<b>7.527.339</b>
<b>Patrimônio líquido:</b>		<b>4.631.612</b>	<b>4.113.047</b>	<b>4.631.612</b>	<b>4.113.047</b>
Capital social realizado	23	476.726	476.726	476.726	476.726
(-) Gastos com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	23	51.720	51.720	51.720	51.720
Reserva de lucros	23	4.052.834	3.569.978	4.052.834	3.569.978
Outros resultados abrangentes		88.455	52.746	88.455	52.746
<b>Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores</b>		<b>4.631.612</b>	<b>4.113.047</b>	<b>12.541.536</b>	<b>11.640.386</b>
<b>Passivo total</b>		<b>4.913.411</b>	<b>4.391.675</b>	<b>32.255.387</b>	<b>30.815.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção, Infraestrutura, Suprimento de Energia e Prestação de serviços		-	-	2.226.416	1.746.384
Remuneração financeira do ativo de concessão		-	-	2.171.467	2.255.720
<b>Receita operacional líquida</b>	24	-	-	<b>4.397.883</b>	<b>4.002.104</b>
<b>Custos operacionais</b>					
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(735.664)	(661.485)
Custo de infraestrutura	25	-	-	(602.444)	(433.488)
		-	-	<b>(1.338.108)</b>	<b>(1.094.973)</b>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>3.059.775</b>	<b>2.907.131</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais:</b>					
Administrativas e gerais	25	(16.552)	(14.042)	(230.674)	(192.612)
Resultado da equivalência patrimonial	12	619.006	553.074	301.193	149.003
Outras receitas		25.255	186	31.707	22.244
Outras despesas	25	(776)	-	(39.555)	(6.986)
		626.933	539.218	62.671	(28.351)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>626.933</b>	<b>539.218</b>	<b>3.122.446</b>	<b>2.878.780</b>
Despesas financeiras	26	(16.249)	(15.164)	(1.346.492)	(1.284.971)
Receitas financeiras	26	6.637	16.608	465.043	335.296
		<b>(9.612)</b>	<b>1.444</b>	<b>(881.449)</b>	<b>(949.675)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>617.321</b>	<b>540.662</b>	<b>2.240.997</b>	<b>1.929.105</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(149.470)	(146.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(360.019)	64.967
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>617.321</b>	<b>540.662</b>	<b>1.731.508</b>	<b>1.847.494</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		617.321	540.662	617.321	540.662
Acionistas não controladores		-	-	1.114.187	1.306.832
		<b>617.321</b>	<b>540.662</b>	<b>1.731.508</b>	<b>1.847.494</b>
<b>Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$</b>		<b>1,29</b>	<b>1,13</b>		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado do exercício</b>	<b>617.321</b>	<b>540.662</b>	<b>1.731.508</b>	<b>1.847.494</b>
Outros resultados abrangentes	35.709	29.758	70.280	67.894
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Ajustes acumulados de conversão Reflexa	811	32.952	1.207	74.168
Resultado de equivalência Patrimonial	24.218	10.796	-	-
Hedge de fluxo de caixa	17.195	(20.499)	75.133	(13.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.515)	6.509	(6.060)	7.076
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>653.030</b>	<b>570.420</b>	<b>1.801.788</b>	<b>1.915.388</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	653.030	570.420	653.030	570.420
Acionistas não controladores	-	-	1.148.758	1.344.968
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>653.030</b>	<b>570.420</b>	<b>1.801.788</b>	<b>1.915.388</b>

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>476.726</b>	<b>(38.123)</b>	<b>95.345</b>	<b>3.325.600</b>	<b>51.720</b>	<b>(0)</b>	<b>22.989</b>	<b>3.934.257</b>	<b>6.883.096</b>	<b>10.817.353</b>
<b>Resultado abrangente</b>										
Lucro líquido do exercício						540.662		540.662	1.306.832	1.847.494
Resultados abrangentes do exercício							29.757	29.757	38.137	67.894
								-		
<b>Transação de capital com os sócios</b>										
Dividendos obrigatórios						(135.165)		(135.165)		(135.165)
Dividendos adicionais				(256.464)				(256.464)	(700.726)	(957.190)
Variação na participação dos acionistas não controladores										
Outras movimentações										
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				405.497		(405.497)				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>476.726</b>	<b>(38.123)</b>	<b>95.345</b>	<b>3.474.633</b>	<b>51.720</b>	<b>(0)</b>	<b>52.746</b>	<b>4.113.047</b>	<b>7.527.339</b>	<b>11.640.386</b>
<b>Resultado abrangente</b>										
Lucro líquido do exercício						617.321		617.321	1.114.187	1.731.508
Resultados abrangentes do exercício							35.709	35.709	34.014	69.723
<b>Transação de capital com os sócios</b>										
Dividendos obrigatórios						(154.330)		(154.330)	(765.616)	(919.946)
Dividendos adicionais Cfe ARQ de 31/01/2025 e 09/06/2025				(70.000)				(70.000)		(70.000)
Dividendos não aprovados cfe ARQ de 08/08/2025				89.865				89.865		89.865
Variação na participação dos acionistas não controladores										
Outras movimentações										
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Lucro remanescente à disposição da Assembléia										
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>476.726</b>	<b>(38.123)</b>	<b>95.345</b>	<b>3.494.498</b>	<b>51.720</b>	<b>462.991</b>	<b>88.455</b>	<b>4.631.612</b>	<b>7.909.924</b>	<b>12.541.536</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	617.321	540.662	2.240.997	1.929.105
<b>Ajustes no lucro para:</b>				
Depreciação e amortização	-	-	185.792	178.155
Resultado de equivalência patrimonial	(619.006)	(553.074)	(301.193)	(149.003)
Encargos financeiros sobre dívidas e juros de arrendamento	15.659	13.279	1.399.905	1.283.302
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	-	-	89.063	70.787
Variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	(87.435)	14.980
Receitas financeiras	(5.577)	(10.457)	(382.415)	(261.470)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	777	-	19.705	(2.705)
Remuneração financeira do ativo de concessão	-	-	(2.398.500)	(2.488.062)
Receita de infraestrutura	-	-	(810.945)	(440.865)
Receita de operação e manutenção	-	-	(662.246)	(622.688)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(36.299)	2.557
Perda pelo resultado da revisão tarifária, líquido de impostos	-	-	27.604	41
Provisão (estorno) de ressarcimento, de contingências e outros	-	-	18.878	26.260
	<b>9.174</b>	<b>(9.590)</b>	<b>(697.089)</b>	<b>(479.043)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	30.691	(64.448)
Ativo contratual da concessão	-	-	2.929.708	2.754.434
Depósitos judiciais	-	-	(18.690)	(395)
Tributos a compensar	(2.229)	(7.918)	(51.889)	(37.589)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	615	3.166
Estoques	-	-	(706)	512
Outros ativos	(18.191)	60.615	(178.236)	68.823
	<b>(20.420)</b>	<b>52.697</b>	<b>2.711.493</b>	<b>2.724.503</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	(511)	214	(5.148)	3.965
Encargos regulatórios	-	-	10.608	9.829
Salários, férias e encargos sociais	-	-	(6)	1.684
Tributos a recolher	(78)	(3.156)	1.379	(6.082)
Passivo contratual com clientes	-	-	129.046	189.370
Provisões	-	-	14.067	(39.158)
Adiantamentos de clientes	-	-	(19.873)	36.316
Outros passivos	(419)	495	4.212	4.785
	<b>(1.008)</b>	<b>(2.447)</b>	<b>134.285</b>	<b>200.709</b>
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(12.254)</b>	<b>40.660</b>	<b>2.148.689</b>	<b>2.446.169</b>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-	-	(142.870)	(130.258)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(12.254)</b>	<b>40.660</b>	<b>2.005.819</b>	<b>2.315.911</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aporte de capital nas investidas	(12)	(9)	(180.420)	(9)
Pagamento pela aquisição de investimentos, líquido do caixa adquirido	-	-	(79.205)	-
Empréstimo com partes relacionadas	(223)	(1.450)	(223)	(1.450)
Pagamentos pela liquidação de derivativos	-	-	(19.372)	(9.848)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	-	-	-	43.368
Resgate de aplicações financeiras	-	-	5.279.515	4.971.120
Investimentos em aplicações financeiras	-	-	(4.708.387)	(5.448.795)
Dividendos recebidos	147.973	202.620	-	-
Aquisições de imobilizado	(3.451)	-	(94.448)	(95.656)
Aquisições de intangível	-	-	(10.813)	(35.849)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>144.287</b>	<b>201.161</b>	<b>186.647</b>	<b>(577.119)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos	-	-	-	1.819
Dividendos pagos	(126.125)	(214.079)	(1.001.749)	(1.166.031)
Arrendamentos pagos	-	-	(8.900)	(11.735)
Ingresso de dívidas	-	100.000	2.818.434	3.467.588
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(19.597)	(17.580)	(1.202.631)	(1.140.669)
Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-	(100.000)	(2.935.306)	(2.922.243)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(145.722)</b>	<b>(231.659)</b>	<b>(2.330.152)</b>	<b>(1.771.271)</b>
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	-	2.649	26.661
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.689)</b>	<b>10.162</b>	<b>(135.037)</b>	<b>(5.818)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo no início do exercício	42.525	32.363	849.754	855.572
Saldo no final do exercício	28.836	42.525	714.717	849.754
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.689)</b>	<b>10.162</b>	<b>(135.037)</b>	<b>(5.818)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## **1. Contexto operacional**

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

Sua principal participação societária é na Alupar Investimento S.A., uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura, inclusive, podendo prestar serviços de garantias às suas subsidiárias na obtenção de empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures pelas subsidiárias.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

### **2.2. Declaração de conformidade**

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia e controlada direta e controladas indiretas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada direta e controladas indiretas.

, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 31 de março de 2026.

### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

### **2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controlada direta e controladas indiretas.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão de transmissão de energia elétrica – premissas para reconhecimento do contrato de concessão como Ativo Contratual ou Ativo Intangível; premissas para definição da taxa de desconto do componente de financiamento significativo; premissas para determinar o momento de satisfação de cada obrigação de performance; premissas para determinação do preço à vista individual de cada obrigação de performance ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 13) e intangível (nota explicativa nº 14) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões (nota explicativa nº 22); reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 20) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 17b) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 27) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos e Hedge accounting (nota explicativa nº27) - julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. As premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### 2.5. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o Real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. Adicionalmente, não existe uma moeda funcional das demonstrações contábeis consolidadas, e sim uma moeda de apresentação, pois cada sociedade incluída nessas demonstrações contábeis consolidadas, tem sua própria moeda funcional, que foi convertida para a moeda de apresentação que é o Real brasileiro.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotados pela Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas.

cont em 1º de janeiro de 2025, descritos na nota explicativa nº 4.

### **3.1. Base de Consolidação.**

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas.

. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis da controlada direta e controladas indiretas.

consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Os investimentos da Companhia em sua controlada direta e controladas indiretas.

são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) e nas consolidadas apenas a controlada em conjunto.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Nas operações com controlada direta e controladas indiretas.

, os lucros não realizados são totalmente eliminados nas operações de venda/prestação de serviços da controladora para a controlada direta e controladas indiretas. (*downstream*), os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados/serviços prestados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original. Nas demonstrações individuais da Companhia, a eliminação do lucro não realizado é feita no resultado de equivalência patrimonial, deduzindo-se cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder da controlada, em contrapartida da conta de investimento (como se fosse uma devolução de parte desse investimento), até sua efetiva realização do ativo na controlada.

Estas demonstrações contábeis incluem as seguintes sociedades:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Sociedades ('denominação')	Atividade	País	Moeda funcional	Participação 31/12/2025 (%)		Participação 31/12/2024 (%)	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas diretas</b>							
Alupar Investimento S.A	Holding			50,92	-	50,92	-
<b>Controladas indiretas</b>							
ACE Comercializadora Ltda. ('ACE')	Comercializadora	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
AF Energia S.A. ('AF')	Prestadora de serviços	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Água Limpa S.A. ('Água Limpa')	Geração	Brasil	BRL	99,99	-	99,99	-
Alupar Australia PTY LTD ('Alupar Australia')	Holding	Austrália	AUD	100,00	-	-	-
Eólica do Agreste Potiguar III S.A. ('EAP III')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. ('EAP IV')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eólica do Agreste Potiguar V S.A. ('EAP V')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. ('EAP VI')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. ('EAP VII')	Geração	Brasil	BRL	99,90	-	99,90	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. ('ELTE')	Transmissão	Brasil	BRL	99,99	-	99,99	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. ('ETAP')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
↳ Transmissora Barreiras Oeste S.A. ('TBO')	Transmissão	Brasil	BRL	-	100,00	-	-
Empresa de Transmissão Baiana S.A. ('ETB')	Transmissão	Brasil	BRL	65,00	-	65,00	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A. ('ETC')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ('ETEM')	Transmissão	Brasil	BRL	62,79	-	62,79	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ('ETES')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. ('ETVG')	Transmissão	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes Energia S.A. ('Ferreira Gomes')	Geração	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Geração de Energia Termoelétrica e Part. S.A. ('GET')	Geração	Brasil	BRL	51,00	-	51,00	-
Iracema Energia Geração Distribuída S.A. ('Iracema')	Geração	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ('Lavrinhas')	Geração	Brasil	BRL	61,00	-	61,00	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ('Queluz')	Geração	Brasil	BRL	68,83	-	68,83	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ('STN')	Transmissão	Brasil	BRL	51,00	-	51,00	-
Transmissora do Alto Parnaíba S.A. ('TAP')	Transmissão	Brasil	BRL	-	-	100,00	-
Transmissora Caminho do Café S.A. ('TCC')	Transmissão	Brasil	BRL	65,70	-	65,70	-
Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. ('TECP')	Transmissão	Brasil	BRL	-	-	99,94	-
Transmissora Paraíso do Café S.A. ('TPC')	Transmissão	Brasil	BRL	-	-	100,00	-
Transmissora Matrossense de Energia S.A. ('TME')	Transmissão	Brasil	BRL	60,00	-	60,00	-
Transmissora Paraíso De Energia S.A. ('TPE')	Transmissão	Brasil	BRL	65,70	-	65,70	-
Transminas Holding S.A. ('Transminas')	Holding	Brasil	BRL	70,02	-	70,02	-
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. ('TSM')	Transmissão	Brasil	BRL	65,70	-	65,70	-
Sincro Energia del Desierto SpA ('SED')	Transmissão	Chile	CLP	80,00	20,00	80,00	20,00
UFV Pitombeira S.A.	Geração	Brasil	BRL	99,99	-	99,99	-
Verde 8 Energia S.A. ('Verde 8')	Geração	Brasil	BRL	85,00	-	85,00	-
(a) Apaete Participações em Transmissão S.A. ('Apaete')	Holding	Brasil	BRL	36,96	-	36,96	-
(a) ↳ Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. ('AETE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	32,06	-	32,06
Alupar Chile Inversiones SpA ('Alupar Chile')	Holding	Chile	CLP	100,00	-	100,00	-
↳ Transmissora de Energia de Santiago SPV ('TES')	Transmissão	Chile	CLP	-	100,00	-	-
Alupar Colombia S.A.S ('Alupar Colombia')	Holding	Colômbia	COP	100,00	-	100,00	-
↳ Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. ('Risaralda')	Geração	Colômbia	COP	0,19	99,79	0,19	99,79
↳ Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ('TCE')	Transmissão	Colômbia	COP	-	100,00	-	100,00
↳ Transmissora de Energia de los Llanos SAS ESP ('TEL')	Transmissão	Colômbia	COP	-	100,00	-	100,00
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ('Alupar Peru')	Holding	Perú	PEN	100,00	-	100,00	-
↳ La Virgen S.A.C ('La Virgen')	Geração	Perú	PEN	2,98	88,69	2,98	88,69
↳ Transmissora Sierra Azul S.A.C ('TSA')	Transmissão	Perú	PEN	-	100,00	-	100,00
↳ Transmissora de Energia Palca S.A.C ('Palca')	Transmissão	Perú	PEN	-	100,00	-	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A. ('Foz')	Geração	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
↳ Ijuí Energia S.A. ('Ijuí')	Geração	Brasil	BRL	49,00	51,00	49,00	51,00
↳ Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ('EAP I')	Geração	Brasil	BRL	20,90	79,10	20,90	79,10
(c) ↳ Eólica do Agreste Potiguar II S.A. ('EAP II')	Geração	Brasil	BRL	28,46	71,54	28,46	71,54
Windepar Holding S.A. ('Windepar')	Holding	Brasil	BRL	100,00	-	100,00	-
↳ Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
↳ Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Geração	Brasil	BRL	-	100,00	-	100,00
(b) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ('EATE')	Transmissão	Brasil	BRL	50,02	-	50,02	-
(b) ↳ Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ('EBTE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	25,51	-	25,51
↳ Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ('ESTE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	50,02	-	50,02
(b) ↳ Companhia Transmissora de Energia Elétrica ('Lumitrans')	Transmissão	Brasil	BRL	15,00	40,01	15,00	40,01
(b) ↳ Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ('STC')	Transmissão	Brasil	BRL	20,00	40,01	20,00	40,01
(b) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ('ECTE')	Transmissão	Brasil	BRL	50,02	-	50,02	-
(b) ↳ Empresa de Transmissão Serrana S.A. ('ETSE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	50,02	-	50,02
(b) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ('ENTE')	Transmissão	Brasil	BRL	50,01	-	50,01	-
(b) ↳ Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ('EDTE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	25,06	-	25,06
(b) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ('ETEP')	Transmissão	Brasil	BRL	50,02	-	50,02	-
(b) ↳ Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ('ESDE')	Transmissão	Brasil	BRL	-	50,02	-	50,02
(b) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ('ERTE')	Transmissão	Brasil	BRL	21,96	28,05	21,96	28,05
(b) Companhia Transleste de Transmissão ('Transleste')	Transmissão	Brasil	BRL	-	33,71	-	33,71
(b) Companhia Transsudeste de Transmissão ('Transsudeste')	Transmissão	Brasil	BRL	-	33,71	-	33,71
(b) Companhia Transirapé de Transmissão ('Transirapé')	Transmissão	Brasil	BRL	-	33,71	-	33,71
<b>Controlada em conjunto:</b>							
Transnorte Energia S.A. ('TNE')	Transmissão	Brasil	BRL	35,39	-	49,62	-

BRL = Real brasileiro, CLP = Peso chileno, PEN = Novo sol peruano, COP = Peso colombiano e AUD = Dólar australiano

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

- (a) O controle da Apaete é exercido pela Alupar por meio da participação de 51% das ações ordinárias (direito a voto). E o controle da AETE é exercido pela Alupar por meio da Apaete, dado que a Apaete detém 86,75% das ações ordinárias da AETE. As decisões relevantes nestas sociedades são tomadas pela maioria absoluta dos votos.
- (b) O controle do bloco denominado Transmissoras Brasileiras de Energia ("TBE") é exercido pela Alupar, uma vez que o presidente do conselho de administração desse bloco é indicado pela Alupar e este possui voto qualificado.
- (c) O controle da EAP II é exercido pela Alupar uma vez que o conselho de administração é formado por três membros, sendo dois membros indicados pela Alupar. O acionista não controlador detém opção de venda (*Put Option*) da totalidade de suas ações, sendo seu capital investido remunerado ao IPCA. A opção pode ser exercida a qualquer momento.

### 3.2. Combinação de negócios.

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

### 3.3. Moeda estrangeira

#### (a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Se houver vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transação é a data de cada pagamento ou recebimento antecipado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

#### (b) Controladas indiretas no exterior

Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de controlada no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa controlada no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

### 3.4. Instrumentos financeiros

#### (a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### (i) Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controlada direta e controladas indiretas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controlada direta e controladas indiretas, consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

**(b) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 27.1.

### **(c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia e suas controlada direta e controladas indiretas, utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos futuros e swaps, para proteger-se contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e preço de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção podem ser classificados como: (i) Hedge de valor justo; (ii) Hedge de fluxo de caixa; e (iii) Hedge de investimento líquido.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Administração avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge, são atualmente registrados como hedge de fluxo de caixa.

O derivativo designado como instrumento de proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de proteção não mais atenda aos critérios de contabilização, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

A efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido deve possuir valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

### **3.5. Contratos de Concessão de Transmissão de energia elétrica**

A controlada direta e controladas indiretas da Companhia que possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica devem aplicar o ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, para reconhecer, mensurar e apresentar esses contratos. Para que um contrato de concessão esteja abrangido pelo ICPC 01 (IFRIC 12), devem ser cumpridos os dois critérios seguintes:

- O Poder Concedente da concessão controla ou regula quais os serviços que o operador deve prestar com a infraestrutura, a quem os deve prestar e a que preço; e
- O Poder Concedente da concessão controla, através da propriedade, o direito de usufruto ou de outra forma qualquer interesse residual na infraestrutura no final do prazo do contrato.

Os contratos de concessão firmados no Brasil e no Peru cumprem os critérios acima, portanto estão divididos em dois modelos contábeis, descritos a seguir:

#### **(a) Modelo de ativo contratual e ativo financeiro**

O modelo de ativo contratual é aplicável aos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil. Neste modelo, dado o arcabouço regulatório brasileiro, os contratos de concessão possuem o direito incondicional de receber caixa, independentemente do uso efetivo da infraestrutura pelos usuários ao longo do prazo de concessão.

O registro do ativo contratual se inicia na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de performance de construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sendo a receita associada a essa obrigação de performance reconhecida ao longo do tempo da construção, e cujo recebimento de caixa estará condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente após a entrada em operação comercial e iniciando a obrigação de performance de operar e manter, à medida em que essa obrigação de performance é cumprida, a Receita Anual Permitida (RAP) é faturada contra os usuários do sistema, conforme informado pelo documento Aviso de Crédito (AVC), emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e dessa forma, a RAP faturada, que corresponde a uma parcela do saldo do ativo contratual, se torna ativo financeiro, sendo esse montante transferido para a rubrica de Contas a receber. Os reforços, melhorias, expansões e substituições geram novas receitas, esses casos são tratados como novos contratos. O ativo contratual da concessão também inclui os valores decorrentes do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão, e após cumprida a obrigação de performance de Operação & Manutenção por todo o período do contrato. As controladas da Companhia, que tem direito a isso, consideram que o valor da indenização deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão. O valor do ativo indenizável é obtido quando a construção da infraestrutura é finalizada.

#### **(b) Modelo de ativo intangível**

O modelo de ativo intangível é aplicável aos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica firmados no Peru. Embora o regime tarifário seja determinado anualmente pelo Governo Peruano durante a vigência da concessão, o contrato de concessão não estabelece qualquer obrigação por parte do Governo Peruano de se encarregar do pagamento das obrigações atribuídas a cada usuário do sistema, dessa forma, o contrato de concessão não possui nenhum mecanismo que garanta ao concessionário o direito incondicional de receber caixa. Nestas circunstâncias, o concessionário assume o risco de exigência na recuperabilidade do investimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

O registro do ativo intangível se inicia na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de performance de construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sendo a receita associada a essa obrigação de performance reconhecida ao longo do tempo da construção. Os reforços, melhorias, expansões, substituições e manutenções significativas que gerem novas receitas são registradas como adições ao ativo intangível, caso não gerem benefícios econômicos futuros são registrados no resultado. O ativo intangível originado pelo contrato de concessão é amortizado pelo método linear ao longo do prazo do prazo de concessão.

Para os contratos de concessão firmados na Colômbia e no Chile que não estão sob o alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), uma vez que a vida útil dos ativos é superior ao contrato de concessão, e conseqüentemente, as transmissoras possuem interesse residual relevante ao final do contrato, foram tratados sob o escopo do CPC 27 (IAS 16) e CPC 06 (IFRS 16).

### **3.6. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12 e nos saldos contábeis das respectivas Unidades de Cadastro (UC). Para os ativos localizados no Brasil, observam-se as taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674/2015, limitadas ao prazo de autorização dos parques eólicos. Tais taxas refletem a vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A receita com a venda de energia elétrica gerada na fase de comissionamento, ou seja, que foi produzida para trazer o ativo imobilizado para o local e condições necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração, é reconhecida no resultado, líquida de seus custos, quando aplicável.

### **3.7. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, estão compostos principalmente por:

**(a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)**

Refere-se ao direito das controlada indireta Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “*CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*” ajustada ao valor presente por uma taxa de desconto. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

**(b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios**

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios, que corresponde ao montante da contraprestação transferida que supera o valor do patrimônio líquido da adquirida. Os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

**(c) Direito de extensão da outorga**

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pela controlada indireta controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

**(d) Desenvolvimento de projetos**

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPEs, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem que reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

**3.8. Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

**(a) Ativos financeiros e Ativo de contrato**

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

**(b) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.9. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **(a) Provisão para compensações ambientais**

Em função das suas atividades, a controlada direta e controladas indiretas Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01 (IFRIC 12).

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o "ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão".

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gere maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

#### **(b) Provisão para desmobilização de ativos**

Para as controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, são assumidas obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

#### **(c) Provisão para constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

**(d) Provisões para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.10. Benefícios a empregados**

**(a) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(b) Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

**3.11. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social corrente e o imposto de renda e contribuição social diferido. Os ativos e passivos tributários são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais, e a despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando se relaciona ao reconhecimento inicial de uma combinação de negócios e a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, caso em que é reconhecida no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As alíquotas e leis tributárias utilizadas para calcular os valores dos tributos sobre o lucro são aquelas vigentes na data do relatório nos países onde a Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. operam e geram lucro tributável, e estão descritos na nota explicativa nº 17

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro antes dos impostos na demonstração do resultado do exercício devido a diferenças permanentes relacionadas a itens de receita ou despesa que não são tributáveis ou dedutíveis, e a diferenças temporárias relacionadas a itens de receita ou despesa que serão tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto devido no período corrente é calculado utilizando as alíquotas de imposto vigentes ao final do período.

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. compensam ativos e passivos fiscais correntes quando estão sujeitos à tributação pela mesma autoridade tributária e avaliam periodicamente as posições adotadas nas declarações de impostos em relação a situações em que as leis tributárias estão sujeitas a interpretação e, quando apropriado, reconhecem provisões para os valores que esperam pagar às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos incluídos no balanço patrimonial e as respectivas bases tributárias utilizadas para determinar o lucro tributável. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, incluindo prejuízos fiscais, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis contra os quais possam ser compensados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. aplicam a exceção prevista nos parágrafos 39 e 44 da CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro para o reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias relacionadas em investimentos em controladas e controlada em conjunto.

A Companhia e suas controladas compensam ativos e passivos fiscais diferidos quando estão sujeitos à tributação pela mesma autoridade tributária. Além disso, elas revisam o valor contábil dos ativos fiscais diferidos em cada data de encerramento e reduzem esse valor quando não for mais provável que haja lucros tributáveis suficientes para permitir o uso total ou parcial do ativo fiscal diferido.

### 3.12. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

### 3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e sua **controlada direta e controladas indiretas**. satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito.

As controladas da Companhia que possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram suas receitas de acordo com o Pronunciamentos Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15). Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil e Peru possuem duas obrigações de performance, sendo: (i) construir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e (ii) operar e manter disponível a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados na Colômbia e Chile possuem a obrigação de performance de operar e manter disponível a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Ao cumprir tais obrigações de performance, as transmissoras de energia recebem uma receita teto, denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão, sendo reajustada anualmente por um índice inflacionário definido em contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) pode ser reduzida por não atender certo desempenho técnico-operacional, sendo que tais descontos são tratados como contraprestação variável.

Nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil, a Receita Anual Permitida (RAP) é uma receita global, exigindo julgamento da Administração para estimar o preço de venda individual e alocar a cada obrigação de performance do contrato. O preço de venda individual das obrigações de performance foi estimado na data do leilão computando-se o valor presente de todos os desembolsos previstos com custos de construção e custos de operação & manutenção (O&M). Ao subtrair esses custos do valor presente da RAP (acrescida do ativo indenizável, se houver), obtém-se o fluxo de caixa líquido do projeto. A razão entre esse fluxo de caixa líquido e o valor presente da RAP permitiu calcular a margem de lucro única do projeto. Essa margem é aplicada uniformemente para mensurar tanto a receita da atividade de construção quanto da atividade de O&M. A taxa de desconto utilizada para trazer os fluxos a valor presente baseou-se no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), refletindo o componente significativo de financiamento.

**(a) Receita de infraestrutura de transmissão de energia elétrica**

A receita de infraestrutura está associada a obrigação de performance de construção (implantação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica), sendo cumprida ao longo do tempo, portanto, foi adotado o método de insumo para o reconhecimento de receita, que consiste na razão entre os custos incorridos em relação aos custos totais. Para os contratos de concessão firmados do Brasil, a receita de infraestrutura, registrada em contrapartida ao Ativo Contratual, é mensurada utilizando-se o método de custo esperado mais margem, sendo a receita reconhecida corresponde aos custos de construção incorridos acrescidos da margem de lucro e efetuando-se o gross-up dos tributos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (RGR/TFSEE), quando aplicável. A receita de Infraestrutura é corrigida por índice inflacionário. Para os contratos de concessão firmados no Peru, a receita de Infraestrutura, registrada em contrapartida ao Ativo Intangível, é mensurada utilizando-se o método de abordagem de custo mais margem, sendo que a margem aplicada é próxima a zero.

**(b) Remuneração financeira dos ativos da concessão de transmissão de energia elétrica**

A receita de remuneração financeira está associada ao componente de financiamento significativo existente na receita de Infraestrutura, refletido em uma taxa de desconto. Esta receita é reconhecida através do método da taxa efetiva de juros, aplicando-se a taxa de desconto nominal (acrescida do índice de reajuste do contrato, IGP-M ou IPCA) sobre o saldo do Ativo Contratual da Concessão. A metodologia para mensurar a taxa de desconto é o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As taxas nominais, definidas na data de cada leilão e mantidas fixas até o final do contrato, situam-se no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

**(c) Receitas de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica**

As receitas de Operação e Manutenção (O&M), que geralmente têm início após a conclusão da fase de construção, estão associadas a obrigação de performance de operar e manter disponível as instalações de transmissão de energia elétrica. A receita O&M é reconhecida mensalmente conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível. Para os contratos de concessão firmados no Brasil, a receita de O&M é mensurada aplicando-se a margem de lucro sobre os custos operacionais estimados e efetuando-se o gross-up dos tributos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (RGR/TFSEE), quando aplicável. Os custos operacionais estimados consideram o percentual de 1% a 4% ao ano sobre o custo total empregado na construção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é corrigida por índice inflacionário. Para os contratos de concessão firmados no Peru, Colômbia e Chile e receita de O&M corresponde ao valor da RAP faturada naquele mês. As receitas de Operação e Manutenção são registradas em contrapartida ao Contas a receber.

**(d) Contraprestação variável - Parcela variável (PV)**

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A Parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências.

Em função da dificuldade de previsão da entrada em operação de cada projeto, a Parcela variável por atraso na entrada em operação (PVA) e a Parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Administração avalia que a sua ocorrência é provável.

**(e) Receita de suprimento de energia elétrica**

Na Companhia e em sua controlada direta e controladas indiretas., a receita de suprimento de energia elétrica refere-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia entregue e com preços especificados nos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

**(f) Prestação de serviços - Receita de Comissão de Aval de Fiança**

A receita de Comissão de aval de fiança refere-se a garantia dada pela Alupar à Instituições Financeiras para determinados contratos de empréstimos firmados por suas controladas, a qual é cobrada mensalmente um percentual sobre os montantes da dívida em aberto.

**(g) Receita de juros**

A receita de juros decorrente de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**(h) Passivo contratual da concessão**

Os pagamentos recebidos de clientes sem o cumprimento das obrigações de performance são registrados como Passivo contratual. A realização do passivo contratual será consistente com o cumprimento das obrigações de desempenho e conseqüentemente, o reconhecimento da receita.

### **3.14. Arrendamentos**

#### Arrendatário

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. utilizam como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que são os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazo de vencimento próximo ao prazo do arrendamento, acrescido do risco de crédito (“spread bancário”) obtido através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

#### Arrendador

Para os contratos de concessão que não estão sob o alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), eles foram tratados como arrendamento. Tais contratos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, logo estes contratos são classificados como arrendamentos operacionais. A receita é reconhecida no resultado pelo método linear durante os prazos do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e contratação de um arrendamento operacional são incluídos na quantia escriturada do ativo arrendado e são contabilizados no resultado pelo método linear durante a vigência do contrato.

### **3.15. Distribuição de lucros**

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada pelos órgãos de governança ou está fundamentada em obrigações previstas no Estatuto Social.

O estatuto social da Companhia e suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e intercalares, que posteriormente estarão sujeitos a aprovação da Assembleia.

### **3.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### **3.17. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### **3.18. controlada direta e controladas indiretas. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e sua classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento e classificam juros recebidos e dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

#### 4. Novas normas vigentes e não vigentes

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez a alteração a seguir, que é válida para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

- **Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21):** esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis:** o IFRS 18 substituirá a IAS 1 (CPC 26) para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva. No Brasil, o CPC 51 está em discussão para alinhamento com a Lei 6.404/76. A norma introduz categorias obrigatórias na DRE (operacional, investimento, financiamento, impostos e operações descontinuadas) e novas diretrizes de agregação.

A Companhia e suas controladas avaliaram preliminarmente os seguintes impactos: (i) Apresentação da DRE: há a intenção de transitar da apresentação por "função" para "natureza", visando maior detalhamento dos gastos operacionais; (ii) Fluxo de Caixa: o ponto de partida do método indireto será alterado para o "Lucro Operacional". A classificação atual de juros pagos (financiamento) e recebidos (investimento) já cumpre os requisitos da norma; (iii) Medidas de Desempenho (MPMs): como o EBITDA reportado equivale ao subtotal operacional ("OPDAI") definido pela norma, não se preveem conciliações adicionais para medidas não previstas no padrão.

A Companhia e suas controladas monitoram as discussões regulatórias para assegurar plena aderência quando da adoção.

- **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações:** emitida em 2024, esta norma permite que subsidiárias qualificadas (sem responsabilidade pública e com controladora reportando em IFRS) adotem divulgações reduzidas, mantendo integralmente os critérios de reconhecimento e mensuração das IFRS. O objetivo é simplificar o reporte financeiro. Vigência em 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia e suas controladas são negociados publicamente, elas não são elegíveis para a aplicação do IFRS 19.
- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos de Energia Renovável:** as alterações (vigentes em 2026) tratam de contratos cuja entrega depende de fatores naturais. Para a Companhia, que opera UHEs (ACR), parques eólicos, PCHs e ativo solar, a norma é relevante devido à intermitência dessas fontes. Como a Companhia e suas controladas não utilizam derivativos de preço e não aplicam marcação a mercado, classificando seus contratos como "uso próprio" (*own-use*), o impacto esperado é a manutenção deste tratamento. As novas regras protegem tal classificação mesmo diante da variabilidade de volume inerente às fontes renováveis. A Companhia e suas controladas revisarão suas divulgações para atender aos novos requisitos de transparência sobre sua exposição a esses contratos.
- **Alterações IFRS 9 e 7 (CPC 48/40):** atualizam a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Incluem regras para baixa de passivos (pagamentos eletrônicos), critérios para fluxos ESG, ativos sem direito a regresso e novas divulgações para ativos ao valor justo por outros resultados abrangentes. Vigência: em 1º de janeiro de 2026. A Companhia e suas controladas não estimam impactos materiais, mas monitoram a formalização das revisões pelo CPC.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Numerário disponível (Caixa e Bancos)	-	-	6	11	106.924	51.138
Certificados de depósitos bancários	96,50%	99,80%	28.830	42.512	136.380	189.002
Fundos de investimentos	-	-	-	-	365.680	417.219
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	-	2	3.802	4.271
Moeda estrangeira			-	-	101.931	188.124
			<u>28.836</u>	<u>42.525</u>	<u>714.717</u>	<u>849.754</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

### 6. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas	630.349	1.034.595
Títulos públicos do Governo Brasileiro (LFT)	1.567.340	1.402.885
Títulos Privados	190.011	134.576
Outros	-	(160)
	<u>2.387.700</u>	<u>2.571.896</u>

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, aplicam recursos em três fundos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e cuja remuneração média corresponde a 100,26% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,63% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A carteira de Títulos públicos do Governo Brasileiro está relacionada a investimentos em Letra Financeira do Tesouro (LFT), indexados à Selic.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 7. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Circulante</u></b>				
Fundos de investimentos	97,75%	99,20%	155.040	165.134
			<u>155.040</u>	<u>165.134</u>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Debêntures ( Principal)	100% cdi + Spread 4,10%aa	100% cdi + Spread 4,10%aa	6.578	7.798
			<u>6.578</u>	<u>7.798</u>
Total			<u>161.618</u>	<u>172.932</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos da controlada direta e controladas indiretas.. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

### 8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de	-	-	276.690	303.450
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	104.656	112.235
	10.712	10.712	<b>392.058</b>	<b>426.397</b>
(-) Perdas de crédito esperadas	(10.712)	(10.712)	(17.150)	(20.798)
	-	-	<b>374.908</b>	<b>405.599</b>
Circulante	-	-	186.798	283.923
Não circulante	-	-	188.110	121.676
	-	-	<u>374.908</u>	<u>405.599</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, mantemos uma provisão para perdas de crédito esperadas, em decorrência de possíveis perdas no contas a receber. Em particular, para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados no Brasil em nossa Controlada "Alupar", de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência, portanto, nenhuma provisão para perdas de crédito esperada foi reconhecida para o contas a receber e ativo de contrato, relacionados a esses contratos de concessão.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 9. Ativo contratual da concessão

#### Movimentação do ativo de concessão

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.434.422</b>	<b>18.673.790</b>
Aquisição por combinação de negócios	180.225	-
Receita de operação e manutenção	662.246	622.688
Remuneração do ativo de concessão	2.398.500	2.488.062
Receita de infraestrutura	725.469	384.451
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica	-	21.620
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(30.979)	(44)
Reclassificação para contas a receber	-	(1.711)
Realização do ativo contratual de concessão	(2.929.708)	(2.754.434)
<b>Saldo final</b>	<b>20.440.175</b>	<b>19.434.422</b>
Circulante	2.254.400	2.098.105
Não circulante	18.185.775	17.336.317
<b>Saldo final</b>	<b>20.440.175</b>	<b>19.434.422</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes de perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$30.979, registrados na rubrica de "Outras despesas" no consolidado, cujo valor líquido de impostos é de R\$27.604, refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas indireta TME e ELTE com base na Resolução Homologatória nº 3.475 de 17 de julho de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$21.620, registrados na rubrica de "Outras receitas" no consolidado, cujo valor líquido de impostos é de R\$19.437, refere-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controlada indireta EATE, EBTE, ERTE, STC e Transirapé com base na Resolução Homologatória nº 3.343 de 9 de julho de 2024.

### 10. Impostos a recuperar

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas., efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

#### a) Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	8.971	8.036	144.099	122.412
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	15.100	3.521
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.363	69	29.559	26.924
<b>Total</b>	<b>10.334</b>	<b>8.105</b>	<b>188.758</b>	<b>152.857</b>
<b>Circulante</b>	10.334	8.105	171.878	142.773
<b>Não circulante</b>	-	-	16.880	10.084
	10.334	8.105	188.758	152.857

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

**b) Outros tributos compensáveis**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>				
Programa de Integração Social - PIS Social - COFINS	-	-	657	364
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7	7	3.543	2.193
Imposto sobre Serviços - ISS	1.301	1.301	1.443	1.650
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	424	420
Imposto Geral sobre Vendas - IGV	-	-	940	760
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	16.791	8.372
Outros	-	-	73.201	66.680
<b>Total Outros tributos compensáveis</b>	<b>1.308</b>	<b>1.308</b>	<b>97.250</b>	<b>81.262</b>
<b>Circulante</b>	1.308	1.308	91.110	74.984
<b>Não circulante</b>	-	-	6.140	6.278
	1.308	1.308	97.250	81.262

**11. Partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2025 e 31 dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora e controlada direta e controladas indiretas., profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>	<b>105.750</b>	<b>69.423</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos a receber</b>	105.750	69.423	-	-
Alupar Investimentos S.A	105.750	69.423	-	-
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
Licht Energia S.A	3	2	3	2
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo não-circulante</b>	<b>11.887</b>	<b>12.110</b>	<b>11.887</b>	<b>12.110</b>
<b>Operações de mútuos</b>	<b>11.887</b>	<b>12.110</b>	<b>11.887</b>	<b>12.110</b>
Ebac	5.041	5.041	5.041	5.041
614 TVC Interior S/A	6.846	7.069	6.846	7.069

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empresas coligadas e controladas	4.666.636	4.196.210	46	46
Investimentos em coligadas e controladas em	-	-	854.363	372.762
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	8.960	8.960
<b>Total</b>	<b>4.666.687</b>	<b>4.196.261</b>	<b>863.420</b>	<b>381.819</b>

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	988.880.601		
Total de ações/quotas da controladora	503.572.575		
% de participação	50,92%		
<b>Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>9.163.896</b>		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro líquido do exercício	1.215.560		
	<u>1.215.560</u>		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2025	4.196.164	46	4.196.210
Dividendos	(184.301)	-	(184.301)
Adições	12	-	12
Outras resultados abrangentes reflexos	35.709	-	35.709
Resultado de equivalência patrimonial	619.006	-	619.006
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.666.590</b>	<b>46</b>	<b>4.666.636</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 13. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferencias	Ganho e perda na conversão de balanços		Saldo em 31/12/2025
					Outros		
<b>Custo</b>							
Terrenos	2.674	3.450	(776)	-	-	-	5.348
Edificações	1.965	-	-	-	-	-	1.965
Veículos	895	-	-	-	-	-	895
<b>Total custo</b>	<b>5.534</b>	<b>3.450</b>	<b>(776)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.208</b>
<b>Depreciação</b>							
Edificações	(1.965)	-	-	-	-	-	(1.965)
Veículos	(895)	-	-	-	-	-	(895)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(2.860)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.860)</b>
<b>Total</b>	<b>2.674</b>	<b>3.450</b>	<b>(776)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.348</b>
<b>Imobilizado de Geração e Transmissão</b>							
	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>Ganho e perda na conversão de balanços</b>	<b>Outros</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
<b>Em serviço</b>							
<b>Custo</b>							
Terrenos	103.752	1.801	(1.385)	-	285	-	104.453
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.599.945	352	(814)	-	-	-	1.599.483
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.474.199	3.383	(16.395)	1.969	(1.345)	-	1.461.811
Máquinas e Equipamentos	2.960.262	15.650	(2.865)	1.011.850	57.287	(81)	4.042.103
Veículos	3.456	22	(57)	-	33	-	3.454
Móveis e Utensílios	12.229	1.353	(5)	199	121	48	13.945
Direito de uso sobre arrendamentos	77.459	1.889	(29.204)	-	269	(29)	50.384
<b>Total custo</b>	<b>6.231.302</b>	<b>24.450</b>	<b>(50.725)</b>	<b>1.014.018</b>	<b>56.650</b>	<b>(62)</b>	<b>7.275.633</b>
<b>Depreciação</b>							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(381.983)	(34.047)	-	-	0	-	(416.030)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(203.689)	(27.715)	-	-	(973)	-	(232.377)
Máquinas e Equipamentos	(691.900)	(106.707)	2	-	(1.120)	-	(799.725)
Veículos	(1.935)	(276)	57	-	(22)	-	(2.176)
Móveis e Utensílios	(7.866)	(1.271)	5	-	(81)	(7)	(9.220)
Direito de uso sobre arrendamentos	(36.840)	(6.249)	14.223	-	(177)	-	(29.043)
<b>Total Depreciação</b>	<b>(1.324.213)</b>	<b>(176.265)</b>	<b>14.287</b>	<b>-</b>	<b>(2.373)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1.488.571)</b>
<b>Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço</b>	<b>4.907.089</b>	<b>(151.815)</b>	<b>(36.438)</b>	<b>1.014.018</b>	<b>54.277</b>	<b>(69)</b>	<b>5.787.062</b>
<b>Em curso</b>	<b>1.089.137</b>	<b>68.436</b>	<b>(13.148)</b>	<b>(1.014.018)</b>	<b>(6.701)</b>	<b>(32.703)</b>	<b>91.003</b>
<b>Total da movimentação de geração e transmissão</b>	<b>5.996.226</b>	<b>(83.379)</b>	<b>(49.586)</b>	<b>-</b>	<b>47.576</b>	<b>(32.772)</b>	<b>5.878.065</b>
<b>Total do imobilizado consolidado</b>	<b>5.998.900</b>	<b>(79.929)</b>	<b>(50.362)</b>	<b>-</b>	<b>47.576</b>	<b>(32.772)</b>	<b>5.883.413</b>

a) O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de linhas de transmissão, principalmente das controladas indiretas TEL e SED.

b) Encargos financeiros, líquidos elegíveis a capitalização

As controladas indiretas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os custos de empréstimos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 15 e 16.

**c) Análise de Impairment**

As controladas indiretas de geração da Companhia realizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a análise de indicativos de perda por *impairment* nas usinas de geração de energia eólica e solar. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão descritas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa foi considerado o complexo Eólica Agreste Potiguar (composto pelas controladas indiretas EAP I e EAP II), o complexo Energia dos Ventos (composto pelas controladas indiretas EDV I, II, III, IV e V) e a UVF Pitombeira, como sendo uma única fonte geradora de caixa em função da Administração monitorar a execução e performance dos complexos de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional;
- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir dos fluxos de caixa projetados, descontado a uma taxa média do custo médio ponderado de capital (WACC) antes dos impostos de 9,95% a.a. do complexo Eólica Agreste Potiguar, 9,44% a.a. complexo Energia dos Ventos e 9,77% a.a. UFV Pitombeira;
- O período projetivo utilizado para elaboração dos fluxos de caixa descontados considerou o prazo de autorização determinado pelo Poder Concedente;
- O volume de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pelas controladas e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD); e
- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailment*) foi considerado no período projetivo uma curva descendente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as usinas eólicas e solares em relação aos cortes de natureza de confiabilidade; (ii) expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) modernização regulatória, trazendo mecanismos de compensação financeira relacionada ao consumo em horário de para baixa tensão e abertura do mercado livre.

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excedeu o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia e suas controladas continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

**d) Garantias ou penhoras**

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen e TCE que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 14. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	Servidões	Uso do bem público	Direito de exploração	Direito de extensão da outorga	Outros intangíveis	Projetos em desenvolvimento	Total
Taxa média de amortização anual (%):	-	2,72	3,33	3,77	6,48	-	
<b>Custo de aquisição</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	104.007	17.225	90.318	83.544	26.269	110.407	431.770
Adições	1.377	-	-	-	4.230	90.682	96.289
Baixas	(1.419)	-	-	-	(3.398)	(7.634)	(12.451)
Transferências	-	-	-	-	1.105	(1.105)	-
Reclassificações	(342)	-	-	-	56	(316)	(602)
Ganho (perda) na conversão de balanços	3.106	-	-	-	171	153	3.430
Remensurações	-	-	-	-	(436)	(125)	(561)
Aquisição em combinação de negócios (nota 1.1 b)	-	-	5.891	-	-	-	5.891
Saldo em 31 de dezembro de 2025	106.729	17.225	96.209	83.544	27.997	192.062	523.766
<b>Amortização acumulada</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(6.802)	(33.382)	(12.084)	(14.514)	-	(66.782)
Adições	-	(466)	(3.102)	(3.149)	(4.195)	-	(10.912)
Baixas	-	-	-	-	253	-	253
Ganho (perda) na conversão de balanços	-	-	-	-	827	-	827
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(7.268)	(36.484)	(15.233)	(17.629)	-	(76.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	104.007	10.423	56.936	71.460	11.755	110.407	364.988
Saldo em 31 de dezembro de 2025	106.729	9.957	59.725	68.311	10.368	192.062	447.152

#### a) Direito de exploração

Os direitos de exploração de concessão/autorização obtidos na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
ETB	28.400	28.400
La Virgem S.A.C. (****)	6.164	6.164
TME	1.749	1.749
AETE	497	497
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3.933	3.933
Energia dos Ventos X S.A. (**)	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense - STC (*)	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.391	4.391
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.752	1.752
TBO	5.891	-
Outros	246	246
	<b>96.209</b>	<b>90.318</b>
Amortização	(36.484)	(33.382)
	<b>59.725</b>	<b>56.936</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

b) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas indiretas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

c) Projetos em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto na indústria de energia elétrica, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, aluguel de espaços físicos, licenças, viagens entre outros gastos inerentes ao processo, sendo que estes gastos são incorridos apenas após o projeto passar pela análise de viabilidade econômico-financeira. Em seguida após uma série de ritos regulatórios, os órgãos reguladores permitindo a instalação do projeto, os custos incorridos são transferidos para as respectivas Sociedades de Propósito Específico ("SPE"). Os gastos incorridos em um projeto que porventura seja descontinuado, são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

Nesta rubrica também estão reconhecidas as receitas de construção dos contratos de concessão firmados no Peru no valor total de R\$87.609, relacionados aos ativos TCN, TSA, Maravilla, Puno Sur, Runatullo e Palca.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controlada direta e controladas indiretas, não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

e) Análise de impairment

Para os intangíveis com vida útil definida a Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2025. Para os intangíveis com vida útil indefinida a Companhia testou o valor contábil em 31 de dezembro de 2025, e avaliou que nenhuma perda para recuperação é necessária.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

15. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2025				31/12/2024
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
<b>Moeda nacional - Reais</b>												
Nota Comercial	Guarupart	jun/24	out/28	100.000	CDI	1,10%	ANUAL	-	2.529	100.000	102.529	106.467
<b>Total Controladora</b>								-	2.529	100.000	102.529	106.467
<b>Operacionais</b>												
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	(1.269)	274	90.637	89.642	103.753
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	128	35.855	35.983	41.660
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	14	4.046	4.060	4.700
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	3	1.138	1.141	1.320
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	106	27.319	27.425	42.018
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	-	-	-	3.273
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	-	-	-	445
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	-	-	-	831
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	-	-	-	182
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(36)	127	39.416	39.507	42.143
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	20	11.695	11.715	12.840
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(23)	72	21.532	21.581	23.279
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	9	6.677	6.686	7.330
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(27)	110	32.914	32.997	35.595
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	11	8.269	8.280	9.077
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(31)	167	50.497	50.633	54.621
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	13	9.154	9.167	10.048
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(30)	90	27.599	27.659	29.837
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 + 1,99	Mensal	-	14	10.260	10.274	11.259
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transrapé	out/14	out/29	5.853	TJLP	3,50	Mensal	-	158	1.614	1.772	2.177
BDMG - nº 215.411/16	Transrapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	-	-	-	796
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	-	-	-	172
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	-	-	-	412
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000,00	IBR	4,50	Trimestral	-	-	-	-	104.797
Itau Corpbanca Colombia	Risaralda	ago/25	ago/33	(COP) 73.400.000	IBR	3,50	Trimestral	(922)	1.265	104.743	105.086	-
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	jun/20	jun/20	(COP) 163.657	IBR	24,05	Mensal	(2.604)	370	94.959	92.725	-
BNB - nº 35.2023.9396.30266	EAP I	dez/23	out/47	84.139	IPCA	4,55	Mensal	(1.029)	296	68.464	67.721	69.680
BNB - nº 35.2023.9396.30267	EAP II	dez/23	out/47	97.528	IPCA	4,55	Mensal	(1.441)	400	95.612	94.571	95.641
BNB - nº 35.2024.1100.31158	Pitombeira	ago/24	jun/48	125.000	IPCA	5,03	Mensal	(1.359)	499	124.440	123.580	126.181
<b>Pré - Operacionais</b>												
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	out/24	out/25	(COP) 19.215.000	IBR	2,75	Bullet/Trimestral	-	-	-	-	27.667
Citibank - Nota Promissória	Alupar Colômbia	out/25	out/26	(COP) 19.776.054	IBR	1,60	Bullet/Mensal	-	76	28.833	28.909	-
Banco Santander S.A	Alupar Colômbia	nov/24	nov/25	(COP) 86.035.323	IBR	2,75	Bullet/Trimestral	-	-	-	-	122.298
Banco Santander S.A	Alupar Colômbia	dez/25	dez/26	(COP) 89.357.863	IBR	1,95	Bullet/Trimestral	-	270	130.284	130.554	-
Citibank - Colombia S.A (a)	TEL	dez/24	dez/25	(COP) 20.637.700	IBR	11,02	Bullet/Mensal	-	106	30.990	30.196	29.096
Itau Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.970	IBR	5,07	Mensal	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>								<b>(8.771)</b>	<b>4.588</b>	<b>1.056.047</b>	<b>1.051.864</b>	<b>1.013.118</b>
<b>Total Empréstimos Nacionais</b>								<b>(8.771)</b>	<b>7.117</b>	<b>1.156.047</b>	<b>1.154.393</b>	<b>1.119.585</b>
Circulante								(865)	7.117	272.626	278.878	361.384
Não circulante								(7.906)	-	883.421	875.515	651.734
										1.154.393	1.119.585	
<b>Moeda estrangeira</b>												
<b>Operacionais</b>												
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/23	nov/26	(USD) 7.500	SOFR	2,80	Bullet / Trimestral	-	-	41.481	41.481	46.739
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/24	nov/25	(USD) 5.000	SOFR	1,80	Bullet / Trimestral	-	-	-	-	31.330
Santander Espanha	Alupar Perú	jan/25	jan/28	(USD) 3.500	SOFR	2,35	Bullet / Trimestral	-	-	19.090	19.090	-
Santander Espanha	Alupar Perú	dez/24	dez/27	(USD) 35.000	SOFR	2,45	Bullet / Semestral	-	-	192.920	192.920	218.566
Santander Espanha	Alupar Perú	jul/25	jan/28	(USD) 5.000	SOFR	2,35	Bullet / Trimestral	-	-	33.379	33.379	-
Santander Espanha	Alupar Perú	nov/25	jan/28	(USD) 5.000	SOFR	2,35	Bullet / Trimestral	-	-	27.632	27.632	-
Citibank Del Peru S.A.	Alupar Perú	nov/25	nov/26	(USD) 10.000	SOFR	5,10	Bullet / Trimestral	-	-	55.484	55.484	-
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 56.000	SOFR	3,45	Trimestral	-	-	303.447	303.447	369.893
HAITONG BANK (BTG Caiman)	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	SOFR	3,45	Trimestral	-	-	100.013	100.013	121.898
<b>Pré - Operacionais</b>												
MIFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 128.190	SOFR	2,65	Gradual/Semestral	(20.658)	13.002	617.227	609.571	722.396
Itaú	TSA	nov/24	nov/25	(USD) 15.000	SOFR	1,80	Semestral	-	-	-	-	93.890
Itaú	TSA	45945	out/27	(USD) 40.000	SOFR	2,04	Trimestral	-	-	110.745	110.745	-
Banco BTG Chile	SED	45840	jul/26	(USD) 1.100	SOFR	1,65	Bullet / Trimestral	(39)	114	31.308	31.383	-
BNDES - Subcrédito Ana	SED	45972	nov/40	(USD) 3.748	SOFR	1,29	Bullet / Semestral	(2.328)	38	20.776	18.486	-
BNDES - Subcrédito Ilapa	SED	47433	nov/40	(USD) 2.608	SOFR	1,29	Bullet / Semestral	(1.621)	28	14.459	12.866	-
Banco BTG Chile	TES	45840	jul/26	(USD) 1.000	SOFR	1,65	Bullet / Trimestral	-	17	2.475	2.492	-
<b>Total de Empréstimos em Moeda Estrangeira</b>								<b>(24.646)</b>	<b>13.199</b>	<b>1.570.436</b>	<b>1.558.989</b>	<b>1.604.702</b>
Circulante								(13.849)	13.199	152.907	152.257	187.820
Não circulante								(10.797)	-	1.417.529	1.406.732	1.416.882
<b>Total de Empréstimos e financiamentos</b>								<b>(33.417)</b>	<b>20.316</b>	<b>2.726.483</b>	<b>2.713.382</b>	<b>2.724.287</b>
Circulante								(14.714)	20.316	425.533	431.135	555.671
Não circulante								(18.703)	-	2.300.950	2.282.247	2.168.616

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2025 alguns empréstimos e financiamentos das controladas indiretas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$155.040 (R\$165.134 em 31 de dezembro de 2024) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>CONSOLIDADO</b>						
Saldo inicial	1.119.585	1.137.417	1.604.702	1.313.129	2.724.287	2.450.546
Ingresso de dívidas (Custo de captação)	408.413	391.072	300.978	365.829	709.391	756.901
Encargos financeiros	122.901	115.389	129.579	125.663	252.480	241.052
Varição cambial	-	-	(197.769)	112.566	(197.769)	112.566
Ganho e perda na conversão	10.246	22.737	(26)	226.334	10.220	249.071
Amortização do principal	(481.507)	(415.569)	(149.366)	(429.862)	(630.873)	(845.431)
Amortização do encargos	(119.754)	(131.461)	(129.109)	(108.957)	(248.863)	(240.418)
Aquisição em combinação de negócios	94.509	-	-	-	94.509	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.154.393</b>	<b>1.119.585</b>	<b>1.558.989</b>	<b>1.604.702</b>	<b>2.713.382</b>	<b>2.724.287</b>

A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador no longo prazo, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2025						
	Consolidado R\$						
	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
<b>Moeda</b>							
Dólar norte-americano	920.288	145.440	416.566	-	-	35.235	1.517.529
Pesos colombianos	9.819	12.146	13.832	14.421	13.939	31.463	95.620
Real brasileiro	73.527	62.738	65.359	68.381	54.115	363.788	687.908
(-) Custos a amortizar	(7.934)	(704)	(687)	(664)	(198)	(8.623)	(18.810)
	<b>995.700</b>	<b>219.620</b>	<b>495.070</b>	<b>82.138</b>	<b>67.856</b>	<b>421.863</b>	<b>2.282.247</b>
<b>Indexador</b>							
CDI	-	100.000	-	-	-	-	100.000
TJLP	58.147	48.606	50.437	52.157	37.002	25.306	271.655
IPCA	15.380	14.132	14.922	16.224	17.113	338.482	416.253
IBR	9.819	12.146	13.832	14.421	13.939	31.463	95.620
Libor/SOFR	920.288	145.440	316.566	-	-	35.235	1.417.529
(-) Custos a amortizar	(7.934)	(704)	(687)	(664)	(198)	(8.623)	(18.810)
	<b>995.700</b>	<b>319.620</b>	<b>395.070</b>	<b>82.138</b>	<b>67.856</b>	<b>421.863</b>	<b>2.282.247</b>

#### • Notas Comerciais – Controladora

Em 28 de maio de 2024, em reunião de quotistas registrada na Jucesp, foi aprovada a emissão de Notas Comerciais pela Companhia e publicada no Diário Oficial em 06 de junho de 2024.

Em 24 de Outubro de 2025, foi assinado o Primeiro Aditivo com alteração na data de vencimento e alteração na taxa de remuneração.

Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Comerciais:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

**NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAS**

·	Número da Emissão	1ª Emissão
·	Valor total de emissão:	R\$ 100.000.000,00
·	Características das Notas Promissórias	Emissão de 100.000 (cem mil) Notas Comerciais em série única
·	Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
·	Data de emissão:	20/06/2024
	Primeiro Aditivo:	24/10/2025
·	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 4ª (quarta) emissão da Emitente.
·	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de um spread (sobretaxa) de 1,10% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis
·	Prazo de vencimento:	As notas comerciais terá seu vencimento em <b>30 de Outubro de 2028</b>
·	Garantia Reais:	<p>Alienação fiduciária de 22.000.000 (vinte e dois milhões) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 161, sala A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.364.948/0001-38 (“Alupar”), de titularidade da Emitente (“Ações Ordinárias Alienadas”), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais acrescido da Remuneração até a respectiva data de apuração, nos termos do Contrato de Garantia (“Alienação Fiduciária”);</p> <p>Cessão fiduciária de (a) 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emitente, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos a partir da data de assinatura do Contrato de Garantia, excluindo-se os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou distribuídos em decorrência das deliberações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Alupar, realizada 19 de abril de 2024 e da Reunião do Conselho de Administração da Alupar, realizada 09 de maio de 2024, decorrentes das Ações Ordinárias Alienadas (“Dividendos Cedidos”), sendo certo que apenas os Dividendos Cedidos das Ações Ordinárias Alienadas serão centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim (“Conta Vinculada”), nos termos do Contrato de Garantia; e (b) da totalidade dos direitos detidos pela Emitente sobre a Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Garantia (“Cessão Fiduciária” e, em conjunto com a Alienação</p>

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

## 16. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado								Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures								31/12/2025				31/12/2024
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos						
<b>Operacionais</b>														
8ª Emissão (*)	Alupar	out/24	out/34	850.000	IPCA	6,50	Bullet	Semestral	Semestral	(22.376)	57.200	850.000	884.824	842.245
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(1.563)	184	850.170	51.791	62.112	
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	-	-	-	105.692	
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(2.641)	374	136.789	134.522	187.565	
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	81.348	
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	-	-	-	-	201.604	
2ª Emissão - II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	-	-	-	-	60.499	
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	(2.581)	107.276	236.250	340.945	375.756	
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(6.558)	281.220	586.300	860.962	923.773	
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	-	-	-	-	86.876	
5ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	51.409	
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	-	-	-	-	51.409	
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	CDI	2,65	Semestral	Semestral	(9)	957	25.000	25.948	51.411	
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	-	-	-	-	51.409	
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	-	-	-	-	621.218	
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(6.812)	242.519	503.200	738.907	801.381	
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(10.695)	381.611	791.800	1.162.716	1.261.030	
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(25.816)	2.924	789.007	766.115	748.956	
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(18.689)	2.341	631.555	615.207	601.243	
10ª Emissão	EATE	mai/22	mai/27	110.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	13	-	-	13	211.695	
3ª Emissão	EBTE	mai/22	mai/27	45.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	-	-	-	-	45.665	
5ª Emissão	ETEP	mai/22	mai/27	35.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	-	-	-	-	35.506	
7ª Emissão	ECTE	mai/22	mai/27	60.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	-	-	-	-	60.900	
5ª Emissão	ENTE	mai/22	mai/27	30.000	CDI	1,80	Único no final	Semestral	5	-	-	5	30.427	
1ª Emissão	TME	mai/22	mai/27	240.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	-	-	-	-	243.069	
11ª Emissão	EATE	dez/23	dez/28	310.000	CDI	1,65	Bullet	Mensal	(652)	3.071	206.667	209.086	311.620	
6ª Emissão	ENTE	dez/23	dez/28	50.000	CDI	1,65	Bullet	Mensal	(144)	495	50.000	50.351	50.207	
1ª Emissão	EAP I	jan/24	dez/39	25.000	IPCA	6,40	Semestral	Anual	(962)	73	27.133	26.244	25.126	
1ª Emissão	EAP II	jan/24	dez/38	55.000	IPCA	6,40	Semestral	Anual	(1.836)	152	56.047	54.363	54.414	
2ª Emissão	AETE	jun/24	jun/30	116.000	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(345)	612	93.855	94.122	108.783	
3ª Emissão	ETAP	jun/24	jun/30	170.000	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(478)	957	146.819	147.298	162.563	
3ª Emissão	ETC	jun/24	jun/30	110.000	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(320)	619	95.000	95.299	105.173	
1ª Emissão	ETEM	jun/24	jun/30	30.000	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(99)	147	22.530	22.578	27.537	
2ª Emissão	ETES	jun/24	jun/30	50.000	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(163)	245	37.550	37.632	45.899	
2ª Emissão	ETVG	jun/24	jun/30	50.000	CDI	1,00	Semestral	Semestral	(171)	245	37.550	37.624	45.888	
12ª Emissão	EATE	set/24	set/29	255.000	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(760)	12.246	358.333	369.819	261.554	
8ª Emissão	ECTE	set/24	set/29	207.000	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(648)	1.717	182.160	183.229	212.285	
7ª Emissão	ENTE	set/24	set/29	47.000	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(213)	2.084	47.000	48.871	48.114	
6ª Emissão	ETEP	set/24	set/29	98.000	CDI	0,89	Bullet	Semestral	(350)	4.706	98.000	102.356	100.447	
2ª Emissão	Foz	jan/25	jan/30	560.000	CDI	0,54	Único no final	Semestral	(1.397)	1.426	598.057	598.086	-	
9ª Emissão	ECTE	jun/25	jun/30	50.000	CDI	0,67	Semestral	Semestral	(196)	290	50.000	50.094	-	
13ª Emissão - I	EATE	jun/25	jun/30	87.000	CDI	0,67	Semestral	Semestral	(217)	504	87.000	87.287	-	
13ª Emissão - II	EATE	jun/25	jun/30	250.000	IPCA	7,45	Semestral	Semestral	(3.876)	3.912	250.000	250.036	-	
4ª Emissão	EBTE	jun/25	jun/30	83.000	CDI	0,67	Semestral	Semestral	(275)	481	83.000	83.206	-	
2ª Emissão	TME	jul/25	jul/30	280.000	CDI	0,49	Bullet	Semestral	(858)	17.626	280.000	296.768	-	
3ª Emissão	Verde 8	jun/25	jun/30	140.000	CDI	0,59	Bullet	Semestral	(551)	36	140.852	140.337	-	
4ª Emissão	ETAP	jul/25	jul/30	100.000	CDI	0,49	Bullet	Semestral	(399)	6.295	100.000	105.896	-	
14ª Emissão	EATE	nov/25	mai/30	150.000	CDI	0,47	Bullet	Semestral	(364)	3.107	150.000	152.743	-	
7ª Emissão	ETEP	nov/25	mai/27	35.000	CDI	0,18	Bullet	Semestral	(124)	711	35.000	35.587	-	
10ª Emissão	ECTE	nov/25	mai/30	60.000	CDI	0,47	Bullet	Semestral	(203)	1.243	60.000	61.040	-	
8ª Emissão	ENTE	nov/25	nov/30	30.000	CDI	0,47	Bullet	Semestral	(152)	622	30.000	30.470	-	
5ª Emissão	EBTE	nov/25	nov/30	45.000	CDI	0,39	Semestral	Semestral	(176)	927	45.000	45.751	-	
<b>Pré - Operacionais</b>														
2ª Emissão	ELTE	jul/24	jul/39	650.000	IPCA	6,42	Semestral	Semestral	(17.420)	57.393	609.682	649.655	661.378	
1ª Emissão	TECP	jul/24	jun/27	50.000	CDI	0,62	Único no final	Semestral	(117)	318	50.000	50.201	50.065	
2ª Emissão	TECP	mar/25	mar/28	200.000	CDI	0,70	Único no final	Único no final	(846)	23.671	200.000	222.825	-	
1ª Emissão	TPC	mar/25	mar/28	50.000	CDI	0,70	Único no final	Único no final	(229)	5.918	50.000	55.689	-	
<b>TOTAL</b>									<b>(132.263)</b>	<b>1.228.455</b>	<b>8.880.306</b>	<b>9.976.498</b>	<b>10.065.251</b>	
Circulante									(21.560)	286.130	751.471	1.016.041	1.419.847	
Não circulante									(110.703)	942.325	8.128.835	8.960.457	8.645.404	

A Administração da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures. Existem emissões de debêntures cujos índices financeiros devem ser apurados de forma trimestral ou anual, e o não cumprimento de tais índices financeiros implica em vencimento antecipado da dívida.

As debêntures da controlada direta e controladas indiretas, não são conversíveis em ações.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Movimentação de debêntures:	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.065.251</b>	<b>9.434.653</b>
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	2.109.043	2.710.687
Encargos financeiros	1.208.378	1.099.594
Amortização do principal	(2.452.406)	(2.259.432)
Amortização do encargos	(953.768)	(920.251)
<b>Saldo final</b>	<b>9.976.498</b>	<b>10.065.251</b>
Circulante	1.016.041	1.419.847
Não circulante	8.960.457	8.645.404

Parcelas vencíveis por indexador	Parcelas vencíveis por moeda e indexador						
	Consolidado R\$						
	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
CDI	340.834	758.981	855.773	1.110.484	-	-	3.066.072
IPCA	624.682	1.880.328	752.482	218.605	103.087	2.425.904	6.005.088
(-) Custos a amortizar	(21.321)	(17.689)	(9.202)	(7.290)	(6.350)	(48.851)	(110.703)
	<b>944.195</b>	<b>2.621.620</b>	<b>1.599.053</b>	<b>1.321.799</b>	<b>96.737</b>	<b>2.377.053</b>	<b>8.960.457</b>

## 17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				
Provisão para Imposto de Renda	-	-	12.722	18.323
Provisão para Contrib. Social	-	-	36.607	43.132
	-	-	<b>49.329</b>	<b>61.455</b>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Imposto de Renda - IRPJ	-	-	2.319.068	1.957.277
Provisão para Contrib. Social - CSLL	-	-	1.013.948	924.004
	-	-	-	-
	-	-	<b>3.333.016</b>	<b>2.881.281</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

Aspectos relevantes dos tributos sobre o lucro aplicáveis por jurisdição:

- Brasil

O regime do Lucro Real é determinado a partir do lucro contábil e ajustado por determinadas regras da legislação tributária, que integram a base de cálculo. Sobre a base de cálculo, aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo ultrapassar R\$240, para o IRPJ e de 9% para a CSLL, totalizando a alíquota nominal de 34%.

O regime do Lucro Presumido é um benefício fiscal que consiste numa forma de tributação simplificada para a determinação da base de cálculo. Aplica-se a pessoas jurídicas que tenham receita bruta de até R\$78 milhões no ano-calendário anterior. Neste sistema, a base de cálculo é determinada aplicando-se sobre a receita bruta um percentual de presunção de 8%, 12% ou 32% (a alíquota depende da atividade exercida pelo contribuinte) e, sobre a base de cálculo, aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo ultrapassar R\$240, para o IRPJ e de 9% para a CSLL, totalizando a alíquota nominal de 34%.

Os prejuízos fiscais não possuem limite de tempo para a utilização, todavia estão limitadas a compensação de até 30% do valor do lucro líquido tributável.

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda se distribuídos e aprovados até 31 de janeiro de 2026. A partir de 1º de janeiro de 2026, os dividendos superiores a R\$50 mensais por empresa pagadora recebidos por pessoas físicas residentes ou não no Brasil serão tributados na fonte (IRRF) a 10%, de acordo com a Lei nº 15.270, emitida em 26 de novembro de 2025. Os dividendos recebidos pelas pessoas jurídicas continuam isentos de imposto de renda.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(149.470)	(146.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(360.019)	64.967
Total	-	-	<b>(509.489)</b>	<b>(81.611)</b>
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	617.321	540.662	2.240.997	1.929.105
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(209.889)	(183.825)	(761.939)	(655.896)
Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:				
Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE	-	-	169.280	169.621
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	-	-	4.545	4.366
Despesas (receitas) não dedutíveis para fins fiscais	-	-	(3.333)	624
Resultado de equivalência patrimonial	210.462	188.045	102.406	50.661
Exclusão Receita financeira da concessão - Art. 84 inciso II IN nº 1700/14	-	-	4.238	(10.601)
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	-	(29.207)	(9.106)
Efeito da alíquota de lucro presumido	-	-	72.828	102.290
Efeito da alíquota das empresas localizadas no exterior	-	-	1.646	(35.637)
Ajuste de períodos anteriores	-	-	(962)	24
Mudança na alíquota média de imposto de renda diferido	-	-	(86.789)	304.560
Outras	(573)	(4.220)	17.798	(2.517)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	0	0	(509.489)	(81.611)
c) Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	22,7%	4,2%

## 18. Encargos Regulatórios

### Encargos Regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE	-	-	8.233	7.390
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	11.957	7.318
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	773	825
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	53.017	47.517
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.563	1.600
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	545	830
<b>Total Encargos regulatórios</b>			<b>76.088</b>	<b>65.480</b>
Circulante	-	-	44.798	42.230
Não circulante	-	-	31.290	23.250
	-	-	<b>76.088</b>	<b>65.480</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### 19. Outros tributos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	945	966	2.549	1.606
Programa de Integração Social - PIS	3	3	18.383	15.791
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	20	18	81.103	70.825
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3	2	1.714	2.398
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	3.180	3.515
Imposto sobre Serviços - ISS	1	-	2.666	3.088
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	14	75	792	805
Outros	1.286	1.286	2.963	1.817
	<u>2.272</u>	<u>2.350</u>	<u>113.350</u>	<u>99.845</u>

### 20. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (RGR) diferidos	-	-	208.936	215.729
PIS e COFINS diferidos	-	-	<u>1.627.891</u>	<u>1.528.837</u>
	-	-	<u>1.836.827</u>	<u>1.744.566</u>
Circulante			195.594	182.459
Não circulante			1.641.233	1.562.107

### 21. Passivo contratual com clientes

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$588.938 (R\$459.892 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a receita antecipada, que foi faturada e recebida pela controlada indireta Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ("TCE"), localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do *Ingreso Anual Esperado*, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017.

O contrato de concessão da TCE é reconhecido como Arrendamento operacional. Do período entre 1º de dezembro de 2021 e 21 de outubro de 2025, a infraestrutura de transmissão não estava disponível para uso, todavia o órgão regulador colombiano havia autorizado o faturamento da receita a partir de 1º de dezembro de 2021, como o serviço de transmissão de energia não estava sendo executado, os valores mensais faturados, estavam sendo reconhecidos como Passivo de contrato no Balanço Patrimonial. Em 22 de outubro de 2025 a TCE entrou em operação comercial e a partir deste momento os valores faturados que ficaram acumulados no Passivo de contrato até 21 de outubro de 2025, estão sendo apropriados e reconhecidos como receita no resultado, em bases lineares de forma mensal, entre o período de 22 de outubro de 2025 até o encerramento do contrato em 1º de dezembro de 2046.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

## 22. Provisões e Passivos contingentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para constituição de ativos (a)	-	-	158.865	154.074
Provisões para compensações ambientais (b)	-	-	22.434	24.915
Provisão para desmobilização (c)	-	-	15.998	14.511
Provisão do uso do bem público (d)	-	-	29.708	28.736
Provisão para ressarcimento (e)	-	-	42.812	27.607
Provisão para contingências (f)				
<i>Tributário</i>	-	-	3.918	2.313
<i>Cível e fundiário</i>	-	-	29.302	31.379
<i>Trabalhista</i>	6.531	6.531	9.749	14.472
	<b>6.531</b>	<b>6.531</b>	<b>312.786</b>	<b>298.007</b>
Circulante	-	-	93.940	98.085
Não circulante	6.531	6.531	218.846	199.922

### Segue a movimentação:

	Consolidado					31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Atualização monetária	Baixas	Pagamentos	
Provisões para constituição de ativos (a)	154.074	62.321	-	(57.530)	-	158.865
Provisões para compensações ambientais (b)	24.915	1.074	232	(3.787)	-	22.434
Provisão para desmobilização (c)	14.511	-	1.487	-	-	15.998
Provisão do uso do bem público (d)	28.736	-	4.112	-	(3.140)	29.708
Provisão para ressarcimento (e)	27.607	22.808	511	-	(8.114)	42.812
Provisão para contingências (f)						
<i>Tributário</i>	2.313	1.605	-	-	-	3.918
<i>Cível e fundiário</i>	31.379	470	3.521	(4.481)	(1.587)	29.302
<i>Trabalhista</i>	14.472	1.298	180	(5.130)	(1.071)	9.749
	<b>298.007</b>	<b>89.576</b>	<b>10.043</b>	<b>(70.928)</b>	<b>(13.912)</b>	<b>312.786</b>
Circulante	98.085					93.940
Não circulante	199.922					218.846

- a. As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.
- b. As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

- c. As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de cláusulas nos contratos de arrendamentos que determinam que as controladas indiretas EDV I, EDV X, EAP I e EAP II deverão, ao final do contrato, devolver o terreno nas mesmas condições em que receberam, à exceção das obras aterradas, como fundações e rede de água e esgoto. Os contratos de arrendamentos possuem duração de 35 anos, cujos vencimentos coincidem com os prazos de Autorização outorgados pela ANEEL demonstrados na nota explicativa nº 1. As premissas para a estimativa dos custos de desmontagem da provisão para desmobilização são baseadas utilizando a tecnologia hoje existente, a preços correntes inflacionados pelo IPCA até o fim do contrato, e descontada utilizando a taxa de desconto real de 6% a.a. em média. A provisão para desmobilização foi reconhecida inicialmente em contrapartida ao Ativo Imobilizado e qualquer mudança na estimativa de fluxo de caixa para desembolso da obrigação ou na taxa de desconto, será registrada em contrapartida ao Ativo Imobilizado, conforme determinado pelo ICPC 12/IFRIC 1. O Ajuste a valor presente é reconhecido no resultado.
- d. O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas indiretas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí calculados até o final dos contratos de concessão, e reconhecidos a valor presente, cuja taxa de desconto aplicada foi de 9,9%. O UBP é pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial, reajustado anualmente pelo IPCA.
- e. Os parques eólicos das controladas indiretas EDVs operam com os leilões de Energia de Reserva (LER) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa do leilão, incluindo aplicação de bônus ou penalidades de acordo com as faixas de desvio. Os desvios negativos de geração são apresentados como Provisão de Ressarcimento, já os desvios positivos de geração são apresentados na rubrica de Contas a Receber, ambos têm como contrapartida a Receita de Suprimento de energia elétrica. Os limites para exposições positivas e negativas de geração de energia são divididos da seguinte forma: (i) a Quadrienal cuja faixa é entre 90% a 100% ou entre 101% a 130%; e (ii) a Anual cuja faixa é de menor que 90% ou maior que 130%. A faixa Quadrienal é acumulada durante quatro anos e o saldo de energia em megawatt, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, e a faixa Anual é acumulada durante o ano e o saldo, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, ambos pelos preços megawatt/hora vigentes à época da apuração do ciclo. Diante deste cenário, temos provisões que estão em formação e provisões formadas, ou seja, que o ciclo de apuração foi finalizado.
- f. Provisões para contingências  
A administração da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas., com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso. Em 31 de dezembro de 2025, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

- **Tributário**  
As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.
- **Cível**  
As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de supostos serviços adicionais, originários de contratos decorrentes da implantação dos empreendimentos, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados.
- **Trabalhista**  
A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

### Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Em 31 de dezembro de 2025 os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. estão representados conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>Processos judiciais</b>								
Tributário	1	202	1	202	43	29.134	43	52.430
Cível e Ambiental	0	-	0	-	64	472.429	64	329.743
Trabalhista	16	10.846	16	10.846	86	14.314	86	16.419
Regulatório	0	-	0	-	3	18.503	3	962
	<b>17</b>	<b>11.048</b>	<b>17</b>	<b>11.048</b>	<b>196</b>	<b>534.380</b>	<b>196</b>	<b>399.554</b>

### 23. Patrimônio líquido

Em 31 de Dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 476.725.512,00. totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	<u>1</u>	<u>0,00%</u>
Total	<u>476.725.512</u>	<u>100,00%</u>

### Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.
- Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

- Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

## 24. Receita operacional líquida

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
<b>Segmento de Transmissão</b>	<b>3.905.734</b>	<b>3.551.615</b>
Receita de operação e manutenção (Nota 9)	662.246	622.688
Receita de infraestrutura - Ativo Contratual (Nota 9)	725.469	384.451
Receita de infraestrutura - Intangível	84.932	56.414
Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 9)	2.398.500	2.488.062
Receita de transmissão de energia elétrica	34.587	-
<b>Segmento de Geração</b>	<b>956.143</b>	<b>860.586</b>
Venda de energia elétrica (a)	966.395	880.696
Ressarcimento eólicas em formação	(22.808)	(25.026)
Venda de crédito de carbono e outras receitas	12.556	4.916
<b>Total - Receita operacional bruta</b>	<b>4.861.877</b>	<b>4.412.201</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>		
Programa de Integração Social - PIS	(52.401)	(46.958)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(241.432)	(216.950)
PIS e COFINS - Diferidos	(95.344)	(72.598)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.439)	(578)
Imposto sobre Serviços - ISS	(2.557)	(2.694)
<b>Total - Tributos sobre a receita</b>	<b>(394.173)</b>	<b>(339.778)</b>
Quota para reserva global de reversão - RGR	(30.858)	(29.547)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(12.232)	(11.596)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(12.237)	(11.595)
Ministério de minas e energia - MME	(6.119)	(5.799)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(14.656)	(13.593)
TFSSE e RGR Diferido	6.281	1.811
<b>Total - Encargos regulatórios</b>	<b>(69.821)</b>	<b>(70.319)</b>
<b>Total - Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(463.994)</b>	<b>(410.097)</b>
<b>Total - Receita operacional líquida</b>	<b>4.397.883</b>	<b>4.002.104</b>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

**25. Custos e despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(151.020)	(119.296)
Custos pelo uso da rede elétrica	-	-	(81.490)	(52.287)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(15.705)	(10.419)
Depreciação e amortização	-	-	(185.792)	(178.155)
Obrigações com pessoal	-	-	(212.136)	(187.753)
Remuneração dos diretores e conselheiros	-	-	(41.564)	(38.279)
Materiais	-	-	(316.947)	(120.904)
Serviços de terceiros	(10.903)	(3.864)	(438.147)	(455.268)
Provisões para contingências	-	-	(1.237)	(7.038)
Aluguéis	(40)	(89)	(22.561)	(15.736)
Seguros	-	-	(29.893)	(28.174)
Doações e contribuições	(72)	(72)	(7.403)	(9.221)
Tributos e taxas	(361)	(785)	(19.505)	(1.280)
Encargos financeiros, líquidos	-	-	(39.602)	(34.967)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.132)	(4.450)
Perda na revisão tarifaria, líquida de impostos (Nota 9)	-	-	(27.604)	(41)
Indenizações	(4.543)	(8.375)	(4.543)	(8.375)
Outros	(1.409)	(857)	(11.056)	(22.928)
<b>Total dos custos e despesas por natureza</b>	<b>(17.328)</b>	<b>(14.042)</b>	<b>(1.608.337)</b>	<b>(1.294.571)</b>
Custo dos serviços prestados	-	-	(735.664)	(661.485)
Custo de infraestrutura	-	-	(602.444)	(433.488)
Despesas gerais e administrativas	(16.552)	(14.042)	(230.674)	(192.612)
Outras despesas operacionais	(776)	-	(39.555)	(6.986)
<b>Total dos custos e despesas por função</b>	<b>(17.328)</b>	<b>(14.042)</b>	<b>(1.608.337)</b>	<b>(1.294.571)</b>

Na controlada “Alupar” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o custo com a Energia comprada para revenda foi influenciado pelas restrições de geração no valor de R\$19.397 e pela diferença de preços regionais (submercados) no valor de R\$7.612

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

## 26. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas Financeiras</b>				
- Receitas de aplicações financeiras	5.577	6.151	396.662	303.293
- Atualização monetária	1.060	-	24.328	13.547
- Juros sobre contratos de mutuos	-	10.457	-	10.457
- Ganho com instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.741	-
- Instrumentos financeiros derivativos (MTM)	-	-	36.354	-
- Outras	-	-	1.958	7.999
<b>Total</b>	<b>6.637</b>	<b>16.608</b>	<b>465.043</b>	<b>335.296</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	15.659	13.279	1.340.951	1.231.311
- Encargos s/debentures	-	-	-	-
- Ganho (perda) na variação cambial	-	-	(94.045)	15.818
- Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	-	46.905	-
- Juros sobre arrendamentos	-	-	(929)	4.370
- Despesas bancárias	-	-	10.376	6.244
- Outras despesas financeiras	590	1.885	43.234	27.228
<b>Total</b>	<b>16.249</b>	<b>15.164</b>	<b>1.346.492</b>	<b>1.284.971</b>

## 27. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos

	Consolidado					
	31/12/2025		31/12/2024		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e bancos	106.924	106.924	51.138	51.138	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	607.793	607.793	798.616	798.616	VJR	2
Investimentos de curto prazo	2.387.700	2.387.700	2.571.896	2.571.896	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	161.618	161.618	172.932	172.932	VJR	2
Contas a receber de clientes	374.908	374.908	405.599	405.599	Custo amortizado	-
Ativo contratual da concessão	20.440.175	20.440.175	19.434.422	19.434.422	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	53.303	53.303	-	-	VJR	2
Instrumentos financeiros derivativos	18.630	18.630	26.543	26.543	VJORA	2
	<b>24.151.051</b>	<b>24.151.051</b>	<b>23.461.146</b>	<b>23.461.146</b>		
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	190.782	190.782	195.930	195.930	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.713.382	2.713.382	2.724.287	2.724.287	Custo amortizado	-
Debêntures	9.976.498	9.976.498	10.065.251	10.065.251	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	24.084	24.084	46.555	46.555	Custo amortizado	-
Passivo contratual com clientes	560.782	560.782	459.892	459.892	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	108	108	VJR	2
Instrumentos financeiros derivativos	4.516	4.516	72.626	72.626	VJORA	2
Opções de compra outorgadas	11.817	11.817	11.274	11.274	VJR	3
	<b>13.481.861</b>	<b>13.481.861</b>	<b>13.575.923</b>	<b>13.575.923</b>		

### 27.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

VJR = Valor justo por meio do resultado / VJORA = Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
  - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- Debêntures: O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## **27.2. Gerenciamento de risco**

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta a fim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas.

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, buscam proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

### **a) Risco de crédito**

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **(i) Contas a receber de clientes**

O risco de crédito das contas a receber decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes.

O contas a receber de clientes relacionado ao suprimento de energia, composto por contratos em ambiente regulado (ACR), ambiente livre (ACL) e mercado de curto prazo, são realizados através de normas e diretrizes com exigência de garantias e acompanhamento das operações. Em relação as controladas indiretas do segmento de transmissão, elas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

#### **(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários**

Risco associado aos investimentos depositados em instituições financeiras que estão suscetíveis as mudanças no mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de instituições financeiras com forte capacidade de honrar seus compromissos, cujo rating de crédito seja no mínimo A em escala nacional, e com estabelecimento de limites de concentração.

### **Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 12.689.880, sendo que 21,38% desse valor (ou R\$ 2.713.382) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas.

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$3.264.035 no consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 38,88% de recursos próprios em contrapartida a 61,12% de capital de terceiros (37,78% de recursos próprios e 62,23% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 101,18% em 31 de dezembro de 2025 (109,87% em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	102.529	106.467	2.713.382	2.724.287
Circulante	2.529	6.467	431.135	555.671
Não circulante	100.000	100.000	2.282.247	2.168.616
Debêntures	-	-	9.976.498	10.065.251
Circulante	-	-	1.016.041	1.419.847
Não circulante	-	-	8.960.457	8.645.404
Dívida bruta	102.529	106.467	12.689.880	12.789.538
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28.836)	(42.525)	(714.717)	(849.754)
(-) Investimentos de curto prazo	-	-	(2.387.700)	(2.571.896)
(-) Títulos e valores mobiliários	(6.578)	(7.798)	(161.618)	(172.932)
Dívida líquida	67.115	56.144	9.425.845	9.194.956
Patrimônio líquido	4.631.612	4.113.047	12.541.536	11.640.386
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>0,75</b>	<b>0,79</b>

## **Risco de mercado**

### **(i) Risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

### **(ii) Risco cambial**

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

### **(iii) Risco Hidrológico.**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

**(iv) Risco de Descontratação:**

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas indiretas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**(v) Risco de regulação**

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

## 27.3 Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial, preço de commodities e taxa de juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e Non-Deliverable Forward (NDF).

### Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting

Instrumentos financeiros derivativos - Designados como hedge accounting	Controlada	Valor Nocial	Periodicidade da liquidação	Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
					Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em ORA	Valor contábil Ativo (Passivo)	Ganho (perda) reconhecido em ORA
Contrato a termo de commodities (NDF) - Alumínio	TECP	287.121	No vencimento	jan/28	20.774	42.833	(22.061)	5.680
Contrato a termo de commodities (NDF) - Alumínio	TPC	164.384	No vencimento	jan/28	11.328	24.297	(12.974)	2.653
Swaps taxa flutuante SOFR vs. taxa fixa	TCE	340.857	Semestral	jul/27	7.302	(21.248)	26.543	18.572
Swaps taxa em IPCA vs. taxa em CDI	Alupar	850.000	Semestral	out/34	32.529	33.767	(37.591)	(40.255)
Contrato a termo de moedas (NDF) - USD	TECP	270.289	No vencimento	jul, out e dez/26	(3.895)	(3.895)	-	-
Contrato a termo de moedas (NDF) - USD	TPC	154.067	No vencimento	set/26	(621)	(621)	-	-

A Companhia contratou uma operação de SWAP junto a XP Investimentos S.A., com o objetivo de trocar a taxa de juros da 8ª Emissão Debêntures, que corresponde a IPCA + 6,4986% ao ano (base 252 dias) – ponta ativa, pela taxa de juros de 96,35% do CDI ao ano (base 252 dias) – ponta passiva. A operação de SWAP tem o valor nominal de R\$850.000, com duração de 10 anos e com o fluxo de liquidação idêntico ao fluxo de liquidação da 8ª Emissão Debêntures. Esse instrumento financeiro é mensurado pelo valor justo, sendo que as variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultado abrangentes.

As controladas TCE, TAP e TPC contrataram instrumentos financeiros derivativos, sendo eles o SWAP e o contrato a termo de moedas e mercadorias (NDF), e os designou como hedge de fluxo de caixa, sendo que as variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultados abrangentes, em grupo do Patrimônio líquido em Reservas de hedge.

O contrato de SWAP de taxa de juros, corresponde a 75% (índice de hedge) do valor nominal do crédito adquirido junto do MUFJ Bank (Banco Líder), sendo que a TCE recebe (ponta ativa) uma taxa fixa de 3,303% em troca da taxa variável de SOFR 6 meses mais spread (ponta passiva), com prazo até 10 de julho de 2027. O SWAP cobre um período adicional de 2027 a 2036, com o objetivo de cobrir o risco de taxa de juros no momento do refinanciamento do empréstimo, o que deverá ocorrer até julho de 2027. Este refinanciamento é considerado uma transação altamente provável, uma vez que, as projeções de fluxo de caixa da TCE, de acordo com o modelo inicial entregue aos credores e estabelecido no contrato de crédito, indicam que o pagamento total do crédito não poderia ser cumprido até aquela data.

Os contratos a termo de mercadoria, são instrumentos de proteção da aquisição de insumos altamente prováveis que a TAP e a TPC necessitam fazer para o desenvolvimento de suas atividades. Os contratos foram celebrados junto aos Bancos BR Partners, BTG, XP e Citibank. Os contratos são de proteção do preço da commodity de alumínio, e correspondem a 29.175 toneladas de alumínio previstas a serem adquiridas pelas referidas controladas. O vencimento dessas NDFs estão para Janeiro/2028.

A efetividade do hedge é caracterizada pela correspondência dos termos críticos do instrumento de proteção com os termos críticos do item protegido.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

O índice de hedge para a proteção de exposição cambial e do preço de commodity, é dada pela relação entre a quantidade de alumínio contratados nas NDFs e a quantidade total altamente provável prevista de ocorrer. E o índice de hedge para a proteção da taxa de juros dos contratos de swap, é dada pela relação do valor nominal sobre o valor principal da dívida.

### Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

Instrumentos financeiros derivativos - Não designados como hedge accounting	Controlada	Valor Nominal	Periodicidade da liquidação	Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
					Valor contábil Ativo	Ganho (perda) reconhecido em Resultado	Valor contábil Ativo	Ganho (perda) reconhecido em Resultado
SWAP de moeda cruzada	TEL	26.978	Mensal	2025	-	(55)	(108)	(108)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP I	17.463	Único no final	2024	-	-	-	553
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	45.614	Único no final	2024	-	-	-	1.444

A controlada indireta TEL contratou uma operação de SWAP de moeda cruzada junto ao Banco Citibank, que consiste na troca da dívida em pesos colombianos com taxa de juros fixa de 11,02 a.a. (ponta ativa) por uma dívida em dólares americanos com taxa de juros flutuante de SOFR + 1,58% a.a. (ponta passiva). O valor do nominal é de USD\$4.700.000 convertido pela cotação de COP\$4.391,00. Esse instrumento financeiro derivativo é mensurado pelo valor justo sendo que seu ganho ou perda é reconhecido no resultado na rubrica de Despesas e receitas financeiras. A operação foi encerrada em outubro/2025.

As controladas indiretas EAP I e EAP II contrataram SWAPs junto ao Banco Citibank com o objetivo de trocar a exposição cambial do dólar americano (ponta ativa) dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais spread (ponta passiva). Os ganhos ou perdas foram reconhecidos no resultado na rubrica de Despesas e receitas financeiras. Esses contratos foram encerrados em janeiro de 2024.

## 28. Seguros

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

## 29. Benefícios a empregados

A Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas, e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, oferecem planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

### 30. Eventos subsequentes

#### a) Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional

Com a promulgação da **Emenda Constitucional nº 132/2023** e sua regulamentação subsequente, foi instituído no Brasil um novo modelo de tributação sobre o consumo, baseado no **Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual**, cuja implementação ocorrerá de forma gradual ao longo do período de transição.

Nesse contexto, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do **PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, de competência federal, e do **ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de comercialização, geração e transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais, bem como sobre a prestação de serviços acessórios, incluindo a concessão de aval e fiança.

A **Lei Complementar nº 214/2025**, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, os critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de **1º de janeiro de 2026**.

A partir de **1º de janeiro de 2026**, a Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas., quando aplicável, passaram a integrar a **fase de testes do novo sistema tributário**, com a aplicação das seguintes alíquotas transitórias:

- **0,9%** referente à **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**;
- **0,1%** referente ao **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**.

A obrigatoriedade de consideração dessas alíquotas na apuração dos tributos tem início em **1º de janeiro de 2026**. De acordo com a legislação vigente, tais valores **não são exigíveis financeiramente no exercício de 2026**, não resultando, até o momento, em impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, a implementação do novo modelo demanda **adequações relevantes nos sistemas de informação, nos processos de compliance tributário e na emissão de documentos fiscais**, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

As **alíquotas definitivas do IBS e da CBS** ainda não foram estabelecidas e serão fixadas pelo Senado Federal, sendo as alíquotas mencionadas acima válidas exclusivamente para o exercício de 2026, em caráter transitório.

A Administração da Companhia e sua controlada direta e controladas indiretas. acompanha continuamente a evolução da regulamentação do novo sistema tributário, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade do período de transição, permanecem **incertezas relevantes** quanto a controlada direta e controladas indiretas. Os impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia e de sua. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (**IFRS/CPC**).

**b) Lei Complementar 224/2025 – Redução de Incentivos fiscais**

A Lei Complementar nº 224/2025, promulgada em 24 de setembro de 2025, introduziu uma **redução linear de 10%** em determinados incentivos e benefícios fiscais federais vigentes, a partir de 1º de janeiro de 2026 para impostos e a partir de 1º de abril de 2026 para as contribuições. No âmbito das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, destacam-se os seguintes efeitos:

- REIDI: O regime especial, que anteriormente previa a suspensão ou aplicação de alíquota zero de PIS/COFINS sobre determinados investimentos, passou a prever incidência efetiva equivalente a 0,925% ou 0,365%, conforme o enquadramento da operação.
- Incentivos Regionais (SUDAM e SUDENE): A redução do IRPJ incidente sobre o lucro da exploração, anteriormente fixada em 75%, foi reduzida para 67,5%.
- Limitação Global de Benefícios: Foi instituído limite agregado para incentivos e benefícios tributários equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), podendo resultar em revisões futuras da fruição desses benefícios.
- Juros sobre Capital Próprio (JCP): A alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os pagamentos de JCP foi majorada de 15% para 17,5%.
- Lucro Presumido: As margens de presunção foram majoradas em 10%, afetando a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para empresas de transmissão de energia, a margem presumida do IRPJ passou de 8% para 8,8%, e a da CSLL de 12% para 13,2%.

Os impactos decorrentes dessas alterações foram e vêm sendo avaliados pela Administração da Companhia e suas controladas, considerando a vigência dos benefícios atualmente reconhecidos e a expectativa de sua manutenção ou redução.

**c) Captação de Recursos - 3ª Emissão de Debêntures pela TECP**

Em 06 de fevereiro de 2026, a controlada indireta TECP concluiu a sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública.

Os recursos captados serão destinados para a implantação dos objetos dos Contratos de Concessão nº 015/2023-ANEEL e nº 002/2024-ANEEL, conforme as condições aprovadas em Assembleia Geral. Abaixo, detalhamos as principais características da operação:

- Montante Total: R\$ 2.450.000 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de reais);
- Data de Emissão: 15 de janeiro de 2026;
- Vencimento Final: 15 de janeiro de 2038 (Prazo de 12 anos);
- Remuneração (Juros): IPCA + 6,9928% ao ano;

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

- Pagamento de Juros: Semestral, com o primeiro pagamento em 15 de julho de 2027. Os juros do primeiro ano serão capitalizados;
- Amortização do Principal: Anual, com início em 15 de janeiro de 2030;
- Garantias: Penhor das ações, direitos creditórios e emergentes, contas reservas, e fiança outorgada pela Alupar; e
- Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

### **d) Dividendos adicionais propostos**

Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração da Controlada “Alupar” aprovou a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$9.889, correspondente a R\$0,01 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, equivalente a R\$0,03 por *Unit*. O pagamento dos dividendos adicionais será realizado aos acionistas em até 60 dias da data de aprovação que ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para 16 de abril de 2026. Farão jus ao recebimento dos dividendos ora declarados os acionistas inscritos nos registros da Companhia no final do dia 17 de abril de 2026. Desta forma, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 16 de abril de 2026. Os dividendos estarão sujeitos a retenção de imposto de renda nos termos da legislação vigente.